



A CONSTRUÇÃO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NA PRÉ-ESCOLA: REFLEXÕES SOBRE O FAZER PEDAGÓGICO NA SALA DE AULA

Railda Maria Bispo de Jesus [i]

Eixo: Educação, Corpo, Sexualidade, Gênero

Resumo

O presente artigo integra uma investigação científica ampla realizada durante o mestrado em educação, que teve como objetivo analisar, no contexto da Educação Infantil, dificuldades de enfrentamento e possíveis estratégias para abordagem das questões de gênero no cotidiano escolar, considerando o que preconizam o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil - RCNEI no tocante ao tema. Trata-se um estudo de caso, qualitativo, que contou como estratégias metodológicas a observação em sala de aula, a partir de um roteiro para orientar o trabalho, e a aplicação de questionário semiestruturado, valendo-se ressaltar que os dados apresentados, aqui, referem-se a coleta feita a partir da observação. Os dados coletados indicam a necessidade de a escola dar tratamento pedagógico às questões de gênero, desnaturalizando as assimetrias para contribuir para a promoção da igualdade de gênero.

Palavras-chave: gênero, educação, escola

Abstract

This article includes an extensive scientific research conducted during the master's degree in education, which aimed to examine, in the context of early childhood education, coping difficulties and possible strategies to address gender issues in school life, considering that advocated Curriculum Reference national Education for Children - RCNEI regarding the topic. This is a case study, qualitative methodological strategies that counted as the observation in the classroom, from a roadmap to guide the work, and the application of semi-structured questionnaire, availing emphasize that the data presented here refer it is a collection made from observation. The data collected indicate the need to give the school pedagogical treatment of gender issues, undermining the gaps to contribute to the promotion of gender equality.

Keywords: gender – education – children education

Introdução

A partir da promulgação da atual LDB, 9394/96, a educação infantil passou a ter novo status; foi retirado do plano das intenções, deixando de ser encarado como caridade, filantropia ou tutela, para ser institucionalizada. Nesse contexto, novas diretrizes e novos desafios são delineados para o trabalho realizado no interior de creches e pré-escolas, organizados por valores e objetivos que devem estar conectados à complexa realidade cultural na qual se inserem as crianças e à pluralidade de características que elas apresentam. O projeto destas instituições passa, assim, a:

[...] romper com a histórica tradição de promover o isolamento e o confinamento das perspectivas infantis dentro de um campo controlado pelo adulto e com a descontextualização das atividades que muitas vezes são propostas às crianças. Tarefas ritualizadas como as de colorir desenhos mimeografados, de colar bolinhas de papel em folhas e outras são, com isso, substituídas por atividades de pesquisa, de troca de opiniões, de expressão pessoal. (OLIVEIRA, 2008, p. 170).

Nesse contexto, o Referencial Curricular para a Educação Infantil – RCNEI, lançado em 1998, nasceu como política nacional que pretendia orientar o processo de transição pela qual passaria creches e pré-escolas, na busca de uma ação integradora entre o cuidar e o educar. A partir do que definia LDB9394/96, tornava-se evidente que a educação infantil deveria assumir caráter pedagógico e os referenciais traziam orientações didáticas para operacionalizar, em sala de aula, tal diretriz.

Em seu volume III, no eixo sobre formação social e pessoal, o Referencial trouxe uma discussão sobre a importância de abordar as questões de gênero com crianças e tal discussão segue na direção da promoção da igualdade de gênero, ou seja, propõe a ruptura com padrões estereotipados no que concerne às representações sociais daquilo que se concebe do que é ser homem e do que é ser mulher.

Diante desse contexto, pairam inquietações diversas, dentre elas a que mobilizou a pesquisa supracitada: como estão sendo operacionalizadas no âmbito da educação infantil as orientações contidas no RCNEI, no tocante a abordagem de gênero?

Metodologia do Trabalho

De natureza qualitativa, o estudo em questão contou com observações em sala de aula e realização de entrevistas, como estratégias metodológicas, buscando responder a inquietação levantada anteriormente. Esclarece-se, contudo, que se expõem, aqui, os dados obtidos a partir da observação, por considera-los mais fidedignos à realidade que se propõe discutir.

O trabalho de campo foi realizado em uma escola de educação infantil localizada no município de Salvador, no Estado da Bahia, eleita para por ser a primeira escola de educação infantil do município, quicá do Estado, tendo, no mínimo, 75 anos de fundação, sendo, pois, uma unidade onde o trabalho com crianças apresenta base consolidada. Esta instituição é, ainda, uma unidade referência na rede municipal de ensino de Salvador no tocante ao trabalho pedagógico com educação infantil.

Destaca-se, aqui, que participaram da pesquisa um grupo de sete professoras que atuam na unidade escolar pesquisada, todas com formação superior em Pedagogia, dentre as quais apenas duas ainda não possuíam, à época, especialização.

Conceituando gênero

Segundo Fagundes (2005, p.10), gênero é, marcadamente, “[...] produto de um longo trabalho histórico e cultural de construção teórica e prática sobre os corpos e sobre as mentes”. É nesse sentido que os estudos sobre o tema vem sendo realizados, contrariando a base do pensamento essencialista que, pautado em características biologicamente naturais, impõe sobre os sujeitos expectativas que sinalizam para uma forma de ver e pensar o mundo, de agir/reagir sobre ele. A dimensão comportamental de homens e mulheres é atrelada ao sexo biológico:

A declaração “É uma menina!” ou “É um menino” [...] instala um processo que, supostamente, deve seguir um determinado rumo ou direção. A afirmativa, mais que uma descrição, pode ser compreendida como uma definição ou decisão sobre o corpo. (LOURO, 2004, p. 15).

Materializado em expressões, palavras, idéias, conceitos, a construção da identidade de gênero se consubstancia em aprendizagens que constroem e reforçam estereótipos e ao serem incorporadas, deixam-se transparecer nas mais simples ações, posturas, atitudes; nos gestos, aparentemente, mais ingênuos. Há, nesse sentido, certa “[...] estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser”. (BUTLER, 2003, p. 59).

Assim, inicia-se um processo de masculinização e de feminização, mediante o qual as desigualdades entre os sexos se expressam, socialmente, sob o disfarce da diferença. A máxima de Beauvoir (1980, p.9), entretanto, “[...] ninguém nasce mulher, torna-se mulher”, possibilita compreender que o quadro dos antagonismos de gênero e das relações dicotômicas pode ser revisto e reconstruído socialmente, reconstruindo-se o universo masculino e feminino.

Tal possibilidade pode ser constatada por Mead (1999) em seu estudo antropológico realizado junto a três tribos da região da Papua - Nova Guiné, no Pacífico Oeste: Arapesh, Mundugumor e Tchambuli. Em que pesem as controvérsias dos métodos e resultados da pesquisa dessa antropóloga americana, eles servem, certamente, como referência para refletir sobre os binarismos de gênero.

Mead (ibid) fez conclusões que faz repensar os conceitos tradicionais de masculino e feminino, constatando diferenças de comportamento entre mulheres e homens pertencentes às três tribos analisadas: entre os Arapesh, homens e mulheres apresentavam temperamento pacífico, anti-bélico; entre os Mundugumor, homens e mulheres apresentavam temperamento bélico, intempestivo, mostrando-se violentos e arredios; e entre os Tchambuli, os homens tinham profunda preocupação com a aparência, passando a maior parte do tempo dedicando-se a essa atividade, enquanto as mulheres se dedicavam ao sustento da vida na aldeia.

Que dizer desses resultados?

Pela lógica universal do comportamento baseado no sexo biológico, homens e mulheres nasceriam com um dispositivo genético, uma biologia pré-programada que, agindo sobre cada sujeito, direciona sua conduta em direção àquilo que é concebido, naturalmente, como ser homem e ser mulher. Nessas circunstâncias, o primeiro é identificado socialmente como, tipicamente, forte, agressivo e explosivo, enquanto à segunda cabem a fragilidade, emoção e a determinação à maternidade. Contudo, o estudo de Mead mostra que os sujeitos da pesquisa, homens e mulheres, pertencentes a tribos diferentes, apresentaram traços de personalidade que fogem dos estereótipos de gênero erigidos socialmente, levando a crer que elementos externos, ambientais, exerciam influência na formação de valores, hábitos e costumes adotados e expressos por cada sexo.

É possível constatar, pois, que pelas relações de gênero perpassam aprendizagens, as quais, imputadas aos

sujeitos, se expressam mediante práticas masculinizantes e feminilizantes que afirmam condições, funções e posições sociais que homens e mulheres desfrutam, exercem e ocupam no seio das sociedades. Atuando de forma vertiginosa sobre os sujeitos, ainda em tenra idade, as aprendizagens de gênero (de)formam e informam homens e mulheres, influenciando suas escolhas e preferências, imbricando-se a questões inerentes à sua constituição da sua subjetividade, nas suas atitudes, nos seus sentimentos e emoções diante de si, do outro, diante da vida.

As relações de gênero na pré-escola: as práticas entre crianças de 4-5 anos

Como iniciantes no ambiente social dos primeiros anos na escola, as crianças precisam estabelecer tanto sua legitimidade como participantes nas comunidades locais de práticas infantis quanto sua posição no nexo poder/conhecimento destas comunidades. (PAECHTER, 2009, p. 73).

Se se sentir aceito e acolhido é algo intrínseco ao ser humano, para a criança é algo essencial; a coletividade é uma referência importante na construção da identidade dos/das pequenos/nas. Na pré-escola, “[...] se estabelecer como um menino ou como uma menina “adequados” ao novo ambiente é de extrema importância”, (PAECHTER, 2009, p. 85); ou seja, o gênero, como forma de organizar o mundo, faz-se tão relevante para as crianças pequenas quanto o é para os adultos e, por conta disso, é comum que elas se aproximem daquelas com as quais se “identifica”. Daí, ser comum, nas atividades de grupo, meninas se juntarem a meninas e meninos se juntarem a meninos.

Como seres sociais que são, as crianças trazem para o espaço da escola as primeiras noções de gênero apreendidas junto às famílias, desde o momento que nascem. Direcionando a relação entre grupos de meninas e grupos de meninos, o gênero, imbuído de seus arquétipos culturais que lhe dão sustentação, serve, assim, como divisor de água entre as crianças. Ainda que inconscientemente, as noções de gênero, aprendidas no seio familiar a partir de hábitos, costumes e práticas culturais, legitimam ou reprovam os brinquedos e as brincadeiras por elas escolhidos, a linguagem utilizada, o tratamento dispensado umas às outras, o comportamento adotado por cada sexo. É importante para as crianças confirmarem o seu “pertencimento” ao grupo específico.

Deste modo, o gênero, como categoria social, se faz presente na Educação Infantil; suas representações brotam, entre as crianças, por meio de seus desenhos, suas falas, suas performances, mostrando, ainda que de maneira incipiente, aquilo que pensam sobre o que é ser homem e o que é ser mulher. Elas mostram, dessa forma, que estão, gradativamente, assimilando as expectativas de comportamento pautadas no sexo biológico, através do sistema de regras de gênero que é anterior à sua existência.

Inquestionavelmente, “[...] as meninas aprendem e reproduzem entre si que menina não anda, nem brinca com menino, pois são dois modos de ser incompatíveis na convivência cotidiana [...]” e, na mesma medida, os meninos procuram manter certo “[...] distanciamento das meninas, através de uma pressão social que os estigmatiza como “boiolas”, “viados” [...] caso tenham maior interesse em brincar ou ficar no meio das meninas”. (RIBEIRO, 2006, p.154). Meninos e meninas, assim, “[...] já se acostumam a “classificar” determinados hábitos, comportamentos, gestos, falas e atitudes como sendo adequados e próprios para homens e mulheres”. (WOLF, 2006, p. 18).

Esta forma “sutil” de organização do universo infantil aponta para maneiras ingênuas, mas preocupantes sobre como meninos e meninas vão estruturando a rede de relações que estabelecem com o mundo. Isto é inquietante, considerando que estas são formas que tendem a retratar, fiel e inegavelmente, as assimetrias sociais de gênero arroladas e vividas historicamente pelos sujeitos, resistindo aos tempos.

No bojo dessa discussão, considera-se que quanto mais cedo, então, tais questões forem exploradas, refletidas e problematizadas junto às crianças, mais cedo será possível dirimir quaisquer formas de tratamento desigual atribuído a homens e mulheres. E preciso enxergar, pois, a educação infantil como espaço para a reconstrução social, como:

Um espaço para a vida, para vivência das emoções e dos afetos – alegrias e tristezas –, para as relações entre coetâneos e não-coetâneos, para os conflitos, confrontos e encontros, para a ampliação do repertório vivencial e cultural [...] a partir de um compromisso dos adultos que se responsabilizam por organizar o estar das crianças em instituições educativas que lhes permitam construir sentimentos de respeito, troca, compreensão, alegria, apoio, dignidade, amor, confiança, solidariedade, entre tantos outros. (CERISARA, 2002, p.340 - 341).

Com a pré-escola nas mãos: a ação docente e as relações de gênero

Em meio ao debate aqui levantado, fica evidente a imperiosa necessidade de abordar questões de gênero junto às crianças, iniciando, ainda em tenra idade, o combate aos estereótipos, preconceito e desigualdade de gênero.

Tratar das relações de gênero é tratar de aspectos que regulam as práticas cotidianas, constituindo-se, portanto, demanda social urgente, pois retrata assimetrias que refletem relações de poder entre homens e mulheres. Promover a igualdade entre os sexos é, inclusive, uma das metas definidas pela ONU - Organização das Nações Unidas para Infância e Adolescência.

Vários mecanismos sociais contribuem para a manutenção da realidade dual de gênero e, na escola, os livros didáticos, os livros de literatura, as brincadeiras, dentre outros, podem ser incluídos nessa categoria.

Dessa maneira, a ação docente, que é imprescindível para a construção de repertório de saberes e conhecimentos escolares, também é imprescindível para atuar na direção da promoção da igualdade de gênero. Contudo, esta ainda não é uma realidade palpável.

A observação realizada em classes de educação infantil apontou que, embora as questões de gênero se façam presentes entre as crianças, não há intervenção por parte das docentes; há evidente naturalização das diferenças, a começar pelas imagens trazidas nos livros didáticos e de literaturas que eram apresentadas às crianças sem que análises fossem feitas: imagens de mulheres representadas como indefesas, em espaços privados e desempenhando atividades domésticas; e imagens de homens impetuosos, representados em espaços públicos envolvidos em atividades mais dinâmicas. Vale lembrar, ainda, dos contos de fadas (Bela Adormecida, Branca de Neve, etc), nos quais a princesa aguarda pelo príncipe encantado que irá despertá-la para a vida e conduzi-la ao seu destino natural: casar e ser feliz para sempre. Este tipo de representação desconsidera as mínimas conquistas femininas feitas há décadas passadas e que permitem à mulher, hoje, viver outra realidade: o desempenho de funções e a ocupação de espaços tidos como, tipicamente, masculinos, bem como a escolha sobre seu próprio destino, desvencilhando-se da imagem masculina como sua redentora.

Moreno (1999, p. 23) assinala que tais representações:

[...] contribuem ativamente para a formação dos padrões inconsistentes de conduta nas meninas e nos meninos, padrões que vão continuar atuando ao longo de toda a vida e vão nos aparecer como imodificáveis, graças, precisamente, à sua aquisição precoce.

Outro aspecto que chamou a atenção neste processo são as brincadeiras das crianças, especialmente as de faz-de-conta e, nesse contexto, a brincadeira de casinha. Chamou a atenção, nesta brincadeira, a forte resistência, principalmente por parte dos meninos, em permitir que as meninas assumissem o papel da mãe provedora, limitando a ação deles aos cuidados do lar e da prole. Quando algum menino aceitava, era rejeitado pelo grupo, tomado como “mulherzinha” com sentido tão pejorativo que se pode considerar que ser homem não é, apenas, ser diferente de ser mulher, mas, sim, melhor do que ser mulher. (WOLF, 2006).

Outro aspecto que se destacou durante a observação diz respeito aos limites impostos ao corpo feminino. Duas situações emblemáticas retratam essa questão. Em uma delas, a professora interrompeu uma atividade para chamar a atenção de uma aluna que estava sentada na carteira escolar, para que “fechasse as perninhas”, dizendo “você está de calcinha e daqui dá para ver tudo” (!). Em outra situação semelhante, quando estava com sua turma no pátio da escola, em um momento lúdico, outra professora solicitou a uma aluna que estava de vestido e sentada de pernas abertas, que no dia seguinte comparecesse à escola com outra roupa, porque, segundo a professora, “sentada daquele jeito, não dava, ainda mais de vestido!”.

Nestes dois momentos distintos, observou-se que por trás da repreensão das professoras, esconde-se o código da moralidade, que vigendo, fortemente, nas décadas de 1950-1960 e segundo o qual meninas, moças e mulheres precisam adotar a postura que lhe convém socialmente, precisam educar o seu corpo às boas maneiras, mantendo o comportamento recatado e os gestos contidos que são naturais ao sexo feminino. (BASSANEZI, 1997). Se quiserem crescer dando-se ao respeito, é importante que aprendam a se portar de forma condizente com sua condição feminina desde cedo.

Se as meninas quiserem crescer dando-se ao respeito, é importante que aprendam a se portar de forma condizente com sua condição feminina desde cedo e, neste sentido, a genitália feminina deve se manter longe dos olhares alheios. Ao fazerem tal assimilação, as meninas “[...] tradicionalmente [...] aprendem não apenas a proteger seus corpos como a ocupar um “espaço corporal muito limitado” desenvolvendo, assim, ao longo da vida, uma espécie de “timidez corporal”. (LOURO, 2007, p.76).

Contrariamente às meninas, é muito dar liberdade ao corpo dos meninos; seus movimentos são ilimitados e o exibicionismo de seus genitais é, socialmente, valorado como prova de sua masculinidade e superioridade.

Os dados, pois, indicam a eminente necessidade de problematizar, junto às crianças, os papéis sociais no tocante as relações de gênero, visando a promoção da igualdade de gênero, superando estigmas e estereótipos que revelam uma relação de poder e, por conseguinte, uma exclusão social.

Segundo Lima (2000, p. 12), as relações de gênero, na escola, tomam corpo, formalizam-se, sedimentam-se e dão bases “[...] à divisão de papéis sociais exercidos por homens e mulheres”. Percebe-se, consoante com os registros realizados, que exista, de fato, forte tendência à manutenção e reprodução das relações de gênero no contexto escolar, destacando-se, aqui, a escola de educação infantil estudada e, em meio a esta constatação, enfatiza-se a ação docente como mecanismo passível a manutenção e reprodução das hierarquias de gênero! Isto é preocupante, considerando ser a escola um espaço que deve prezar pela democracia, pela formação da criticidade, pelo exercício da cidadania plena, dentre outras questões.

Atuando na linha de frente do processo educativo, o corpo docente é peça importante quando se trata do

assunto, necessitando estar instrumentalizado para dar o tratamento pedagógico necessário a questões inerentes a formação dos sujeitos. Entretanto, o despreparo para tratar do tema é clarividente, sinalizando, inclusive, que o que está apregoeado pelo Referencial Curricular da Educação Infantil, no tocante as questões de gênero, é ignorado. Sobre o assunto, Carvalho considera que a “[...] formação docente inicial e continuada deve ampliar os espaços de reflexão sobre a ação docente e empoderar/instrumentar educadoras e educadores para o desafio da reflexão na ação”. (2004, p. 28). Acredita-se, seguramente, que a reflexão na ação é ponto de partida para repensar posturas, atitudes, direcionamentos dados ao trabalho pedagógico em sala de aula, promovendo o seu redimensionamento quando necessário; a partir da reflexão é possível suscitar algumas respostas para o enfrentamento de muitos desafios que professores e professoras têm diante educação na contemporaneidade.

Somente com docentes capazes de enfrentar com naturalidade e segurança as questões de gênero no âmbito da escola, poder-se-á mexer nas bases que o sustentam e o estruturam, ampliando a visão de mundo de meninos e meninas favorecendo alcançar uma cultura mais rica em valores contrastantes, possibilitando uma mudança de mentalidade mediante a qual a escola pode começar a plantar a semente que poderá contribuir, um dia, talvez, para que “[...] essa questão [...] de gênero perca a importância [...] e torne-se apenas mais uma questão sem sentido no espaço da educação”. (DINIS, 2008, p. 490).

REFERÊNCIAS

BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: PRIORI, Ivany Del (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p. 607 – 637.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo** – experiência vivida. 6ª edição. Tradução de Sérgio Millet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. 485p.

_____. **Referenciais Curriculares Nacionais** – Educação Infantil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília, DF, 1998. Vol. I, II e III.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 236p.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Relações de gênero na escola**: lições do projeto de formação em educação não sexista. Lilás-Educação não sexista. Revista Informativa da Secretaria da Mulher. Prefeitura do Recife, ano III, nº 3. Jan 2004.

CERISARA, Ana Beatriz. O Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil no Contexto das Reformas. **Educação & Sociedade**. [online]. Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2002, p. 326-345.

Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12935.pdf>>.

Acesso em: 10 ago. 2010.

DINIS, Nilson Fernandes. Educação, Relações de Gênero e Diversidade Sexual. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 29, n. 103, p. 477-492, maio/ago. 2008.

Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/es/v29n103/09.pdf>
>.

Acesso em: 10 out. 2010.

FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira Carvalho (Org.). **Ensaio sobre Educação, Sexualidade e Gênero**. Salvador: Helvécia, 2005. p. 21-35.

FINCO, Daniela. A educação dos corpos femininos e masculinos na Educação Infantil. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart de. (Org.). **O Coletivo Infantil em Creches e pré-escolas** - Falares e Saberes. São Paulo: Cortez, 2007, p. 94-119.

LIMA, Maria Ednalva Bezerra de. **As relações de gênero e a educação**. Relações de gênero em debate, Escola de formação da CUT no nordeste, Recife: Edições Bagaço. 2000, p. 09-19.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 4ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1997. 179 p.

MEAD, Margaret. **Sexo e Temperamento**. Coleção Debates, 4ª edição. São Paulo: Perspectiva, 1999. 320 p.

NUNES, César. SILVA, Edna. **A educação sexual da criança**: subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade. São Paulo: Autores Associados, 2006. 136 p. (Polêmicas do nosso tempo).

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação Infantil**: fundamentos e métodos. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2008. 255p. (Coleção Docência em Formação).

PAECHTER, Carrie. **Meninos e Meninas**: aprendendo sobre masculinidades e feminidades. Trad. Rita Terezinha Schmidt, Porto Alegre: Artemed, 2009. 192p.

RIBEIRO, Jucélia Santos Bispo. Brincadeiras de meninas e de meninos: socialização, sexualidade e gênero entre crianças e a construção social das diferenças. **Cadernos Pagu** (26), janeiro-junho de 2006, p.145-168.

WOLFF, Carlos Castilho. **Como é ser menino e menina na escola**: Um estudo de caso sobre as relações de gênero no espaço escolar. 2006. 191f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciência da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível: < [http://](http://www.ppge.ufsc.br/ferramentas/ferramentas/tese_di/arquivos/66.pdf)

www.ppge.ufsc.br/ferramentas/ferramentas/tese_di/arquivos/66.pdf
>.

Acesso em: 20 nov. 2010.

[i] Mestre em Educação. Licenciada em Pedagogia.

Membro do GEFIGE- Grupo de estudos em Filosofia, Sexualidade, Gênero e Educação - UFBA/FACED

Professora do IFBA - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia.

E-mail: raildamaria@yahoo.com

.br

/ raildamaria@ifba.edu.br

Recebido em: 13/07/2014

Aprovado em: 13/07/2014

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: